

Volta ao Começo

A sociedade brasileira recebeu com certa frustração a liberação (antecipada) dos cruzados novos congelados em 15 de março do ano passado. O sistema financeiro, o comércio e a indústria esperavam absorver os primeiros recursos, mas ficaram a ver navios: o governo deu atrativos e criou tantas dificuldades para a saída dos cruzados novos que a maior parte dos titulares deixou o dinheiro onde estava.

Ficou adiada para outra oportunidade a reativação da economia, que a liberação mensal dos cruzados (Cr\$ 540 bilhões só no dia 15 de agosto) poderia permitir. O setor privado terá de se contentar com os cruzeiros já em circulação para tocar os seus negócios. Quem gastou, produziu ou estocou por conta da liberação pode se dar muito mal.

O governo só teve a alternativa de desestimular a conversão dos cruzados em cruzeiros. Do contrário, haveria outra explosão inflacionária, com as taxas mensais chegando a 50% em poucos meses. Foi justamente para evitar a hiperinflação que o governo Collor adotou, de imediato, a medida extrema do seqüestro da poupança financeira nacional. Uma análise serena do que se passou nesses 17 meses vai concluir que, tanto o governo como o setor privado, não cumpriram a contento os papéis que os formuladores do Plano Collor haviam previsto.

Influenciado pelo otimismo natural dos planejadores de gabinete, o presidente Collor previu que mataria o tigre da inflação com um tiro só. Afastou a hiperinflação, de imediato, e contava resolver as questões estruturais da economia brasileira nos 18 meses de intervalo entre o congelamento e o início da liberação do dinheiro em 12 parcelas.

As questões básicas, vinculadas originalmente ao déficit público financiado cativamente pelo dinheiro congelado, eram o enxugamento da máquina burocrática, através da reforma administrativa; a privatização das estatais, que implicaria cancelamento simultâneo da dívida direta e indireta do Tesouro; e a renegociação da dívida externa.

A reforma administrativa ficou pela metade,

esbarrando no corporativismo do funcionalismo público. Sobretudo porque os estados e municípios só agora, no acordo de intenções dos governadores com Brasília, para a renegociação das dívidas estaduais por 20 anos, parecem dispostos a repetir o saneamento das finanças iniciado pela União.

A privatização das estatais ainda não se concretizou. O primeiro leilão — o da Usiminas, que enfrenta feroz resistência do corporativismo estatal e dos defensores da concepção estatista ultrapassada — está marcado para fins de setembro, perdendo o governo um dos atrativos para interessar a sociedade na privatização, mediante o saque prévio dos cruzados congelados para a compra de ações das estatais.

Por último, a proposta audaciosa de renegociação da dívida externa enfrenta ainda sérias resistências da parte dos credores, que não se conformam em depreciar o valor contábil da dívida brasileira.

Diante da falta de garantia de controle sobre o déficit público, o governo, naturalmente, lançaria mão de artifícios para manter os cruzados novos liberados financiando o déficit público gerado pela União, a Previdência, os estados e os municípios. Sob esse aspecto, o governo só poderia liberar a parcela de cruzados novos que excedesse as necessidades de financiamento do setor público, conceito que o FMI mede o déficit público de um país. Isso explica a criação do DER (depósito especial remunerado), a única operação *overnight* do mercado.

Para piorar, os empresários não tiveram paciência de esperar os efeitos reanimadores da liberação dos preços nas câmaras setoriais. Foram com muita sede ao pote, como se verifica pela explosão dos preços e o forte aumento da produção industrial nas últimas semanas, todos confiando desovar os estoques com a decisão do dono dos cruzados novos de torrar o dinheiro na compra de bens de consumo.

Como a sociedade dava mostras de continuar apostando na inflação, restou ao governo parar o jogo, prorrogando, na prática, o congelamento.